SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

LICENÇA PRÉVIA Nº 530/2016

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, nomeada por Decreto de 02 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22º, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença Prévia à:

EMPRESA: Ouro Negro Energia LTDA.
CNPJ: 23.249.452/0001-07
CTF: 6.444.723
ENDEREÇO: RUA GENERAL JOÃO MANOEL – CENTRO HISTÓRICO
CEP: 90010-030 **CIDADE:** PORTO ALEGRE **UF:** RS
TELEFONE: (51) 3012-2396 **FAX:** (51) 3012-2396
REGISTRO NO IBAMA: Nº 02001.005992/2014-91

Relativa à Usina Termelétrica Ouro Negro, com projeto de instalação nos municípios de Pedras Altas/RS e Candiota/RS – 22 J (244151.00 m E / 6496494.00 m S), para geração de energia elétrica a partir da queima do carvão mineral em caldeira do tipo do leito fluidizado circulante, com potência nominal de 600MW (2x300MW); Linha de Transmissão; Correia Transportadora de Carvão; Vias de Acesso; e Estação de Britagem e Beneficiamento de Carvão (720t/h). A água utilizada nos processos industriais será captada por adutora diretamente na calha do Arroio Candiota, com vazão regularizada pela Barragem II – 22 J (246275.60 m E/ 6507874.85 m S).

Esta Licença Prévia é válida pelo período de 5 (cinco) anos, observadas as condições discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

Brasília-DF,
04 AGO 2016

SUELY ARAÚJO
Presidente do IBAMA

CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA Nº 530/2016

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. A Concessão desta Licença Prévia deverá ser publicada em conformidade com a Resolução nº 006/86 no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.

1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- Graves riscos ambientais e de saúde;
- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

1.3. Perante o IBAMA, o titular desta licença é o único responsável pelo atendimento das condicionantes estabelecidas.

1.4. Alterações nas características do empreendimento ou atividade que possam implicar em impactos socioambientais diferenciados àqueles previstos nos Estudos e Programas Ambientais deverão ser precedidas de anuência da Diretoria de Licenciamento Ambiental;

1.5. O IBAMA deverá ser comunicado, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental por meio do Sistema Nacional de Emergências Ambientais (SIEMA), de acordo com a Instrução Normativa nº 15/2014;

1.6. A renovação desta licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade;

1.7. A presente licença não substitui alvarás, autorizações, licenças, outorgas e outros atos autorizados exigidos por legislação específica, tampouco exime o empreendedor do cumprimento de outras normas em vigor.

2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

2.1. Apresentar projeto executivo da usina e suas estruturas associadas (canteiro de obras, correia transportadora, estação de britagem e beneficiamento de carvão, linha de transmissão, vias de acesso, alojamentos, adutora/emissário, entre outros).

2.2. Apresentar Planos e Projetos Básicos Ambientais, em caráter executivo, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo IBAMA nos Pareceres Técnicos 02001.000718/2016-97 COEND/IBAMA; 02001.000547/2016-04 COEND/IBAMA; 02001.000984/2016-10 COEND/IBAMA e 0200.001449/2016-86 COEND/IBAMA, estruturados com os seguintes itens: Introdução e Escopo, Justificativa, Objetivos, Legislação Aplicável, Metodologia, Público alvo, Inter-relação com outros programas, Descrição de atividades, Especificação das metas, Indicadores de desempenho, Cronograma das atividades, Matriz de responsabilidade e Referências bibliográficas:

2.2.1. Plano de Supervisão e Gestão Ambiental
2.2.2. Programa de Educação Ambiental
2.2.3. Subprograma de Educação Ambiental dos Trabalhadores
2.2.4. Subprograma de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
2.2.5. Programa de Comunicação Social
2.2.6. Programa de Melhoria à Infraestrutura Local

CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA Nº 530/2016

2.2.7. Programa de Monitoramento da Saúde da População
2.2.8. Programa de supressão vegetal e manejo florestal
2.2.9. Programa de Plantio Compensatório em APP e Reposição Florestal.
2.2.10. Inventário florestal
2.2.11. Programa de implantação da cortina vegetal
2.2.12. Programa de resgate e monitoramento de flora
2.2.13. Programa de resgate a afugentamento de fauna
2.2.14. Programa de monitoramento de fauna e bioindicadores
2.2.15. Programa de monitoramento e controle de espécies exóticas invasoras
2.2.16. Programa de monitoramento e controle de pragas e vetores.
2.2.17. Programa de monitoramento e controle da fauna atropelada
2.2.18. Programa de monitoramento da espécie *Podostemum comatum*
2.2.19. Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar
2.2.20. Programa de Monitoramento de Ruídos
2.2.21. Programa de Monitoramento da Qualidade do Solo
2.2.22. Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Subterrânea
2.2.23. Programa de Monitoramento das Obras e Intervenções
2.2.24. Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos
2.2.25. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
2.2.26. Programa de Gerenciamento de Riscos
2.2.27. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
2.2.28. Programa de Proteção das Drenagens
2.2.29. Programa de Prospecção Arqueológica e Programa de Educação Patrimonial, a ser elaborado conforme diretrizes a serem estabelecidas pelo IPHAN, pelo Estudo de Impacto Ambiental e o § 12, Art. 7º da Portaria Interministerial nº 060/2015.

2.3. Apresentar o valor de referência (VR) do empreendimento, com a relação, em separado, dos valores dos investimentos, dos projetos e programas para mitigação dos impactos e dos valores relativos às garantias e aos custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais, observando os §1º e 2º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 371/2006. Caso a licença de instalação seja solicitada por trechos, o VR poderá ser informado com base nos investimentos que causam impactos ambientais relativos ao trecho solicitado. O Grau de Impacto (GI) fica estabelecido em 0,5%;

2.4. Apresentar outorga da Agência Nacional de Águas – ANA prevendo captação de água bruta diretamente na calha do arroio Candiota, considerando regularização de vazão promovida pela Barragem II;

2.5. Apresentar ao IBAMA projeto de melhoria das vias de acesso ao empreendimento, o qual deverá ter cronograma de execução prevendo a conclusão das melhorias antes do início das obras com previsão de mecanismo de mitigação aos impactos de atropelamento de fauna;

2.6. Apresentar ao IBAMA proposta de articulação com os demais empreendimentos de significativo impacto ambiental presentes na região e com as prefeituras municipais visando a elaboração dos respectivos Planos Diretores, em atendimento ao art. 41, V e §1º, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA Nº 530/2016

2.7. Realizar análise da deposição ácida proveniente de outros empreendimentos da região, a ser concluído antes da entrada em operação do empreendimento, de forma a possibilitar, no futuro, aferir a contribuição da UTE Ouro Negro no incremento da redução do pH do solo;

2.8. Apresentar cronograma de execução do programa de saúde prevendo início do levantamento dos dados junto à população durante a fase de implantação do empreendimento;

2.9. Na fase de licenciamento prévio, apresentar proposição de medidas mitigadoras/compensatórias para as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e nas fases de instalação e operação, respectivamente, implantar e monitorar as medidas propostas, conforme preconizado na Instrução Normativa do IBAMA n° 12, de 23 de novembro de 2010.